



Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2015 da Mitsui Sumitomo Seguros S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A EMPRESA

A Mitsui Sumitomo Seguros faz parte do MS&AD Insurance Group, que está presente em mais de 35 países e 400 localidades ao redor do mundo. É o maior grupo segurador do Japão, tendo em suas linhas de negócios seguros de vida, individuais e corporativos, negócios internacionais, serviços financeiros e gestão de riscos.

DESEMPENHO

A Companhia obteve no primeiro semestre de 2015 um lucro líquido de R\$ 7,3 milhões, contra um prejuízo de R\$ 6,0 milhões em 2014.

O montante de Prêmios Emitidos alcançado em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 205 milhões, o que representa um crescimento de 23% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os Prêmios Ganhos totalizaram R\$ 214 milhões, aumento de 16% sobre o obtido no primeiro semestre do ano anterior.

Os Sinistros Ocorridos representaram 72% dos Prêmios Ganhos em 2015, pior que os 54% de 2014, devido à ocorrência de alguns sinistros de valores elevados na carteira de riscos patrimoniais, sendo seu impacto no resultado geral reduzido quando considerada a recuperação da parcela ressegurada.

Cabe destacar como aspecto positivo o índice de sinistralidade da carteira de automóvel mantido em torno de 64% nos últimos três anos, após ter atingido 81% em 2012.

O resultado financeiro passou de R\$ 7,6 milhões em 2014 para R\$ 28 milhões em 2015, que decorre não só do aumento das taxas de juros, mas especialmente do aporte de capital que a Companhia recebeu em outubro do ano passado, destinado a investimentos na operação.

INVESTIMENTOS

A Companhia continua investindo em tecnologia da informação, para sustentação dos negócios e apoio na busca de melhorias nos processos operacionais, assim como na capacitação das equipes e formação de uma liderança forte.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Companhia estabelece que aos acionistas sejam atribuídos dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista em lei, e o saldo atribuído fica à disposição para deliberação da Assembleia Geral.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e órgãos de classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do semestre e principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 27 de agosto de 2015

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2015		31/12/2014		PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2015		31/12/2014	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014			30/06/2015	31/12/2014		
CIRCULANTE		<u>489.923</u>	<u>438.574</u>	CIRCULANTE		<u>568.599</u>	<u>532.454</u>	CONTAS A PAGAR		<u>19.994</u>	<u>18.854</u>
Disponível		6.167	9.499	Contas a pagar		19.994	18.854	Obrigações a pagar	19	4.739	4.850
Caixa e bancos	7	6.167	9.499	Obrigações e pagar		9.895	10.240	Encargos e encargos sociais a recolher		4.034	2.822
Equivalentes de caixa	8	2.016	13	Impostos e tributos		1.326	942	Encargos trabalhistas		9.855	10.240
Aplicações	9	91.805	43.719	Impostos e contribuições		97.902	98.245	Outros débitos operacionais		22.817	22.833
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>186.155</u>	<u>171.377</u>	Débitos de operações com seguros e resseguros		251	314	Prêmios a restituir		813	457
Prêmios a receber	10.1	164.770	161.441	Prêmios a restituir		251	314	Operações com seguradoras	12.4	73.363	73.937
Operações com seguradoras	11.1	3.318	1.632	Operações com seguradoras		12.4	73.363	Operações com resseguradoras		22.817	22.833
Operações com resseguradoras	12.1	18.067	8.304	Corretores de seguros e resseguros		658	704	Outros débitos operacionais		22.817	22.833
Outros créditos retrocessivos	13.1	15.102	14.259	Corretores de seguros e resseguros		20.1	450.122	Provisões técnicas de seguros		448.033	412.477
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	12.3	146.534	163.573	Danos		2.089	2.447	Danos		2.089	2.447
Títulos e créditos a receber		<u>5.236</u>	<u>2.642</u>	Provisões técnicas de seguros		10.406	15.307	Pessoas		975	990
Títulos e créditos a receber		3.568	1.755	Contas a pagar		975	990	Tributos diferidos		6.964	12.131
Créditos tributários e previdenciários	14.1	669	669	Tributos diferidos		20.1	6.964	Provisões técnicas de seguros		6.964	12.131
Outros créditos		999	218	Danos		2.267	1.989	Danos		2.267	1.989
Outros valores e bens		<u>3.600</u>	<u>2.437</u>	Outros débitos		23.1	2.267	Provisões judiciais		200	197
Bens à venda	16.1	3.600	2.437	Provisões judiciais		24	419.462	Débitos diversos		619.757	619.757
Empréstimos e depósitos compulsórios		7	7	Débitos diversos		1.463	1.484	Reservas de reavaliação		(7.695)	(6.779)
Despesas antecipadas		2.007	578	Prejuízos acumulados		(194.063)	(201.410)	Ajustes de avaliação patrimonial			
Custos de aquisição diferidos		<u>31.294</u>	<u>30.470</u>	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>975</u>	<u>990</u>	Prejuízos acumulados		<u>998.467</u>	<u>960.812</u>
Seguros	15.1	31.294	30.470	Contas a pagar		975	990				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>508.544</u>	<u>522.238</u>	Tributos diferidos		20.1	6.964				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>479.984</u>	<u>496.518</u>	Provisões técnicas de seguros		20.1	6.964				
Aplicações	9.1	473.849	481.599	Danos		2.267	1.989				
Créditos das operações com seguros e resseguros		<u>3.841</u>	<u>3.841</u>	Outros débitos		23.1	2.267				
Prêmios a receber	10.1	-	3.841	Provisões judiciais		24	419.462				
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	12.3	2.033	6.758	Débitos diversos		24	419.462				
Títulos e créditos a receber		<u>3.039</u>	<u>3.206</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			<u>619.757</u>				
Títulos e créditos a receber		9	9	Capital social			619.757				
Créditos tributários e previdenciários	14.1	1.451	1.451	Reservas de reavaliação			1.463				
Depósitos judiciais e fiscais		1.127	1.746	Ajustes de avaliação patrimonial			(7.695)				
Outros créditos operacionais		452		Prejuízos acumulados			(194.063)				
Custos de aquisição diferidos	15.1	<u>1.063</u>	<u>1.114</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			<u>998.467</u>				
Seguros		1.063	1.114				<u>998.467</u>				
Imobilizado	17.1	<u>13.513</u>	<u>14.273</u>				<u>960.812</u>				
Imóveis uso próprio		11.406	11.709								
Bens móveis		2.107	2.564								
Intangível	18.1	<u>15.047</u>	<u>11.447</u>								
Outros intangíveis		15.047	11.447								
TOTAL DO ATIVO		<u>998.467</u>	<u>960.812</u>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota explicativa	30/06/2015	30/06/2014
PRÊMIOS EMITIDOS		<u>205.695</u>	<u>167.191</u>
VARIACÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		<u>8.759</u>	<u>18.150</u>
PRÊMIOS GANHOS	25 e 26.1	<u>214.454</u>	<u>185.341</u>
RECEITA COM EMISSÃO DE APÓLICES		1.968	1.447
SINISTROS OCORRIDOS	25 e 26.2	(153.882)	(99.311)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	25 e 26.3	(33.332)	(26.745)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	26.4	(10.899)	(4.748)
RESULTADO COM RESSEGURO	26.5	<u>4.331</u>	<u>(32.397)</u>
RECEITA COM RESSEGURO	26.5	37.751	4.447
DESPESA COM RESSEGURO	26.5	(33.420)	(36.844)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	26.6	(32.039)	(31.858)
DESPESAS COM TRIBUTOS	26.7	(6.014)	(5.229)
RESULTADO FINANCEIRO	26.8	<u>28.012</u>	<u>7.624</u>
RESULTADO PATRIMONIAL		-	4
RESULTADO OPERACIONAL		<u>12.599</u>	<u>(5.872)</u>
GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		1	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>12.600</u>	<u>(5.872)</u>
IMPOSTO DE RENDA	27	(2.096)	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27	(1.296)	-
PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		<u>(1.894)</u>	<u>(185)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>7.314</u>	<u>(6.057)</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES		<u>290.180.641</u>	<u>59.106.248</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO			
POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		<u>0,03</u>	<u>(0,10)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2015	30/06/2014
LUCRO (PREJUÍZO) ABRANGENTE DO SEMESTRE	<u>7.314</u>	<u>(6.057)</u>
Outros resultados abrangentes -	916	3.878
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(916)	3.878
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO SEMESTRE	<u>6.398</u>	<u>(2.179)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2015	30/06/2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	7.314	(6.057)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	2.187	1.922
Perda por redução de valor recuperável dos ativos	(153)	(8.945)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações	(41.252)	(12.307)
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	(10.786)	23.416
Ativos de resseguro	21.764	37.204
Créditos fiscais e previdenciários	-	24
Depósitos judiciais e fiscais	619	1.431
Despesas antecipadas	(1.429)	(97)
Custos de aquisição diferidos	(773)	(592)
Outros ativos	(5.052)	(4.512)
Impostos e contribuições	2.693	(382)
Outras contas a pagar	1.101	(3.849)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(343)	(12.892)
Depósitos de terceiros	151	249
Provisões técnicas - seguros e resseguros	30.031	(26.584)
Provisões judiciais	478	(586)
Outros passivos	(183)	17
Caixa líquido gerado/consumido pelas operações	<u>6.367</u>	<u>(12.540)</u>
Impostos sobre os lucros pagos	(2.669)	-
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	<u>3.698</u>	<u>(12.540)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento da compra de:		
Imobilizado	(83)	(261)
Intangível	(4.944)	(2.227)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(5.027)</u>	<u>(2.488)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(1.329)</u>	<u>(15.028)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	9.512	19.276
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	8.183	4.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajustes com TVM	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		281.368	1.526	(9.169)	(184.247)	89.478
Reserva de reavaliação - Realização		-	(21)	-	35	14
Títulos e valores mobiliários		-	-	3.878	-	3.878
Prejuízo do semestre		-	-	-	(6.057)	(6.057)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		281.368	1.505	(5.291)	(190.269)	87.313
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		619.757	1.484	(6.779)	(201.410)	413.052
Reserva de reavaliação - Realização	24b	-	(21)	-	33	12
Títulos e valores mobiliários	24c	-	-	(916)	-	(916)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	7.314	7.314
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		619.757	1.463	(7.695)	(194.063)	419.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 (Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Alameda Santos, nº 415 - 5º andar, cujo controlador em última instância é a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd.. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a exploração das operações de seguros de danos e de pessoas, em qualquer de suas modalidades.

A Seguradora vem realizando ações de readequação de produtos não rentáveis e de melhoria da qualidade do processo de subscrição de risco. O plano estratégico da Seguradora estabelece a busca de crescimento dos negócios com equilíbrio no seu portfólio, pela melhor distribuição entre negócios corporativos e de varejo. O crescimento dos negócios é a base para se alcançar melhor composição entre receitas e as despesas correntes, resultando em crescimento com rentabilidade e de forma sustentável. A ampliação de negócios está sendo alcançada a partir de análises de oportunidades de expansão geográfica e de parcerias, além do uso mais intensivo de informações para melhorar o conhecimento sobre a atual rede de distribuição e, conseqüentemente, aumentar a atividade comercial. Essas ações e investimentos realizados fizeram com que a Seguradora passasse a gerar lucro a partir do 1º semestre de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Normas e Práticas Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 508/15.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e são ajustadas ao valor justo, quando aplicável, para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e compreende os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos resultados abrangentes, e as demonstrações dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

2.3. Demonstração de resultados abrangentes

A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs.

2.4. Operações descontinuadas

Não houve atividades descontinuadas no semestre findo em 30 de junho de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:

3.1. Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

3.2. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. São contabilizadas, também, as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão.

Os prêmios de cosseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações de cosseguro (propostas) das congêneres e diferidos para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas aprovadas de constituição da provisão de prêmios não ganhos. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. As angariações e agenciamento das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de forma linear pelo prazo de doze meses.

Os prêmios e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondentes à provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos das resseguradoras.

3.3. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguros, que definem as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

Os ativos de resseguro são representados principalmente por sinistros a recuperar e provisão de reservas técnicas. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos às resseguradoras são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

3.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.

b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento correspondente a uma Seguradora não a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

A tabela a seguir apresenta a composição dos principais ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos, e os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, demonstrando os saldos contábeis e os valores justos:

	Classificação	30/06/2015	31/12/2014
Ativos financeiros			
Ativos mensurados ao valor justo			
Equivalentes de caixa	Nível 1	2.016	13
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimento - DPVAT	Nível 1	90.051	39.388
Fundos de investimento	Nível 1	1.690	1.025
Disponíveis para venda			
Letras financeiras do Tesouro	Nível 1	386.454	398.682
Notas do Tesouro Nacional	Nível 1	86.886	85.882
Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis			
Créditos das operações com seguros e resseguros		186.155	175.218
Outros créditos operacionais		15.102	14.259
Títulos e créditos a receber		10.945	5.848
Total		779.299	720.315
		Valor justo	Valor justo
Passivos financeiros			
Passivos financeiros ao custo amortizado:			
Contas a pagar		23.638	19.844
Débitos de operações com seguros e resseguros		97.902	98.245
Total		121.540	118.089

Os saldos contábeis dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam de seus respectivos valores justos, devido ao prazo médio de recebimento e pagamento ser de curto prazo.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota de investimento pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

O valor justo dos títulos públicos é apurado com base nos preços de mercados secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Em 30 de junho de 2015, a Seguradora apresentava o saldo de R\$ 573 (R\$ 342 em 31 de dezembro de 2014) em outras aplicações, que representa basicamente a participação no convênio DPVAT no montante de R\$ 509 (R\$ 278 em 31 de dezembro de 2014). Pelo fato dessas aplicações não apresentarem um mercado ativo em função do volume de transações negociadas e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 (Valores em milhares de reais)

3.5. Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo. A Seguradora baixa os passivos financeiros somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.6. Reclasseificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38:

- Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.
- Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obteve essa classificação no reconhecimento inicial.

As reclassificações devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

3.7. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.8. Equivalentes de caixa

São representados por instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

3.9. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros

De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, os valores contabilizados como ativos não financeiros a fim de verificar se os mesmos não estão registrados em valor superior àquele passível de recuperação. Caso isto seja identificado, é estimado o valor recuperável do ativo e reconhecido contabilmente a eventual desvalorização dos ativos.

O valor recuperável, segundo o CPC, é o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e o seu valor em uso. O valor contábil seja menor, não haverá desvalorização do ativo.

Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.10. Outras aplicações

Referem-se, basicamente, à participação na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, registrada ao custo de aquisição.

3.11. Crédito das operações de seguros

Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebido. A metodologia utilizada para o cálculo da provisão leva em consideração o percentual médio de cancelamento aplicada ao saldo de prêmios a receber, combinada com a base histórica de prêmios a receber vencidos há mais de 365 dias, abrangendo os seguros diretos e cosseguro aceito.

A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação acima de 180 dias, conforme circular SUSEP 508/2015, adicionalmente a área técnica efetua análise dos créditos a fim de verificar a real necessidade de provisionamento, são desconsiderados os itens de contratos facultativos cuja negociação está em processo, itens de contratos automáticos que o pedido de recuperação será incluído nas próximas prestações de contas ou itens onde o exista divergência sobre os montantes ou entendimento das coberturas entre as partes.

A provisão para riscos de créditos com cosseguro cedido é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.12. Outros valores e bens - provisão para desvalorização

Contempla substancialmente o provisão de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo.

3.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por impairment acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por móveis, imóveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, e são reconhecidos no resultado do período. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A reavaliação total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em março de 2006 será mantida até sua realização.

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revistos a cada encerramento de exercício. Uma perda no valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil.

3.14. Intangível

O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualificado a ajuste aos impostos a pagar com relação a diferenças anteriores. O imposto diferido passivo é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os "Valores Justos". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseado-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.16. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, descritos a seguir:

• Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes e já emitidos (PPNG) corresponde ao montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e emitidos na data-base de cálculo, calculado através do método "pro rata dia", em conformidade com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e com a legislação vigente.

A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde à estimativa do montante de prêmio referente ao período de risco a decorrer para os riscos assumidos e não emitidos na data-base de cálculo. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

• Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) corresponde ao somatório das estimativas de pagamento dos sinistros que encontram-se em processo de análise e pendentes de liquidação.

A metodologia de cálculo da provisão de sinistros a liquidar (PSL), prevista em Nota Técnica Atuarial, também contempla a metodologia para estimativa da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER (Incurred But Not Enough Reported), que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros, líquidos das estimativas de Salvados e Ressarcimentos. Esta prática atuarial é adotada em função da PSL não contemplar qualquer tipo de estimativa de recuperação de Salvados e/ou Ressarcimentos.

• Provisão de Despesas Relacionadas

A provisão de Despesas Relacionadas (PDR) corresponde à estimativa do montante de despesas que serão pagas em decorrência de sinistros incorridos. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNYR (Incurred But Not Yet Reported)

A provisão de sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNYR) corresponde à estimativa do montante de sinistros ocorridos mas ainda não avisados pelos segurados à Seguradora até a data-base de cálculo. A referida estimativa é calculada de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial. A provisão de IBNYR do ramo DPVAT é constituída conforme inicialmente previsto na Resolução CNSP nº 192/08 e nas respectivas atualizações normativas.

• Teste de adequação de passivos - TAP

Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de seguro em curso na data de execução do teste. Este teste de adequação de passivos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, foi instituído pela SUSEP, por intermédio das Circulares SUSEP nº 457/12 e 503/14, tendo como objetivo avaliar, na data-base de cálculo, se as provisões técnicas constituídas estão suficientes para garantir as obrigações assumidas decorrentes dos contratos de seguro. Desta forma, através do teste de adequação do passivo, efetua-se a comparação entre o valor presente das estimativas dos fluxos de pagamentos decorrentes dos riscos assumidos e o montante de provisões técnicas constituído na data-base de cálculo. Na elaboração do teste de adequação do passivo consideram-se, através do valor contábil, todos os passivos de contratos de seguros, em acordo com o CPC 11, deduzidos de qualquer custo de aquisições diferido e qualquer ativo intangível relacionados aos mesmos.

Caso sejam identificadas quaisquer insuficiências, as mesmas devem ser registradas no mês-base de apuração, como uma despesa no resultado do período, primeiramente efetuando-se a redução do valor dos custos de aquisições diferidos relacionados ou dos ativos intangíveis relacionados e, subsequentemente, constituindo-se a provisão técnica denominada Provisão Complementar de Cobertura - PCC. Os cálculos realizados nas datas-base de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não identificaram insuficiência no passivo constituído.

3.17. Provisões judiciais e ativos contingentes

As provisões judiciais e ativos contingentes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingente.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou efetivas judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo.

- Provisões judiciais: são constituídas pela Administração levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Não obstante, as provisões judiciais relacionadas a contratos de seguro são constituídas em conformidade com a metodologia descrita na Nota Técnica Atuarial da provisão de sinistros a liquidar (PSL).

- Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação.

3.18. Benefícios aos empregados

A Seguradora possui o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, cujo objetivo é ampliar a conscientização dos funcionários às variáveis do negócio e do seu papel para a melhoria dos níveis de produtividade e qualidade na empresa, amadurecimento em relação às necessidades e expectativas de clientes e sinergia entre as áreas.

Mensalmente é contabilizada uma provisão de participação nos lucros, conforme parâmetros estabelecidos na política de participação nos lucros da Seguradora.

3.19. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico da Seguradora para o semestre é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do exercício e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41.

3.20. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entendemos como razoáveis e relevantes.



Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 (Valores em milhares de reais)

A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

4.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido/baixado pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrá-lo, e o montante a ser registrado do ativo fiscal.

4.2. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos períodos nenhum ativo apresentou valor recuperável inferior ao seu valor residual.

4.3. Provisões judiciais

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 22. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representem perdas prováveis e estimadas em conformidade com metodologias descritas em Nota Técnica Atuarial e/ou Manuais de Procedimento.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4.4. Provisão para riscos sobre créditos

A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.11 é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

4.5. Provisões técnicas de seguros e teste de adequação de passivos - TAP

As provisões técnicas de seguros e o teste de adequação de passivos também utilizam de premissas e escolha de estimativas por parte da Administração da Seguradora, conforme descrito na nota explicativa nº 3.16.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1. Comitê de Underwriting

O Comitê de Underwriting tem como objetivo a aprovação de alterações relevantes nos produtos comercializados no tocante à precificação, clausulados, critérios de aceitação entre outros assuntos. Também é utilizado para aceitação de riscos complexos ou vultosos que de acordo com o critério vigente de aceitação de cada produto a sua precificação e aceitação é permitida após aprovação em comitê.

Também faz parte do Comitê o acompanhamento sistemático das carteiras, em reuniões que são realizadas periodicamente (mensal, bimestral ou trimestral - dependendo do tamanho e expressividade da carteira). Nessas reuniões são avaliados temas, tais como: resultado do mercado naquele ramo de negócio, posicionamento estratégico da Mitsui Sumitomo Seguros S.A., bem como resultados auferidos e alterações que sejam necessárias de discussão e aprovação.

5.2. Comitê de Gerenciamento de Risco e Compliance

O Comitê tem por objetivo desenvolver e melhorar o sistema de gerenciamento de risco, das normas da Seguradora, prevenção a Lavagem de Dinheiro, assegurando que a Diretoria e todos os funcionários cumpram rigorosamente as normas estabelecidas e as leis do País.

O Comitê é realizado uma vez ao mês. Além do Comitê normal, o Chairman poderá convocar o Comitê quando for necessário.

O comitê em conjunto com os gestores tem a missão de garantir que todos os riscos sejam identificados e alocados aos responsáveis dos Departamentos, definindo as ações corretivas e que estas estejam documentadas. O Comitê também deverá monitorar se os planos de ação corretiva estão sendo implementados de acordo com os prazos fixados.

5.3. Riscos de seguro

O risco de seguro pode ser definido como sendo a possibilidade de ocorrência de evento previsto em contrato de seguro, desde que, a mesma seja futura e incerta na data de início de vigência do referido contrato. Neste contexto, o contrato de seguro é definido como sendo o instrumento através do qual a Seguradora aceita o risco de seguro transferido pelo Segurado, concordando em pagar indenização na possibilidade de ocorrência do evento previsto no referido instrumento e desde que o mesmo afete o Segurado negativamente.

O principal risco significativo assumido nos contratos de seguro vigentes refere-se à possibilidade da frequência e/ou severidade dos sinistros serem superiores às respectivas estimativas, obtidas a partir de metodologias de cálculo descritas em Notas Técnicas Atuariais.

Desta forma, as diversas áreas desta Seguradora agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e/ou avaliação de processos, de forma a mitigar a possibilidade de ocorrência do risco significativo.

No processo de avaliação dos referidos riscos, a experiência histórica e as boas práticas estatísticas e atuariais demonstram que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor deve ser a variabilidade sobre os fluxos de caixa referentes às obrigações relacionadas aos riscos assumidos.

Baseada nestes pressupostos a estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros com o objetivo de assegurar o balanceamento da carteira segurada, agrupando-se de riscos com características similares para fins de análise e gestão, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. A referida estratégia é revisada anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de risco dos contratos de seguros. Adicionalmente, a Seguradora mantém contratos de resseguro para proteção das diversas carteiras seguradas, com os objetivos de mitigar a exposição contra riscos significativos e riscos de natureza catastrófica e de homogeneizar a distribuição das somas seguradas inerentes aos riscos assumidos.

5.4. Análise de sensibilidade

O montante de sinistros sob responsabilidade da Seguradora é afetado por variações nas respectivas distribuições de frequência e/ou severidade, originadas a partir da influência de diversos fatores. De forma a exemplificar os referidos fatores, mas não nos limitando àqueles a seguir descritos, podemos mencionar: mudanças climáticas, comportamento dos motoristas, estado de conservação das vias rodoviárias, aumento da frota circulante de veículos automotores, mudanças na situação econômica do país e os respectivos impactos na criminalidade e nos índices de roubo e furto. Desta forma, com o objetivo de simular o efeito de variações nas distribuições de frequência e/ou severidade dos sinistros

sob responsabilidade da Seguradora, a tabela abaixo demonstra a sensibilidade do Resultado e do Patrimônio Líquido às hipóteses de variações de 10 pontos percentuais na sinistralidade observada em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Premissas	Variação	30/06/2015			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Aumento da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	10%	21.445	21.445	18.175	18.175
Diminuição da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	-10%	(21.445)	(21.445)	(18.175)	(18.175)

Premissas	Variação	31/12/2014			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Aumento da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	10%	(26.737)	(26.737)	(21.551)	(21.551)
Diminuição da sinistralidade (sinistro retido/prêmio ganho)	-10%	26.737	26.737	21.551	21.551

5.5. Sensibilidade das estimativas

Sensibilidade das estimativas: Os ativos são classificados na categoria disponível para venda. Estes ativos são avaliados com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados, quando aplicável. O teste de sensibilidade demonstra o efeito decorrente da variação das Taxas de Juros e de Inflação no Patrimônio Líquido, nas aplicações financeiras, bem como nas Receitas Financeiras. Como premissa, utilizou-se a variação de 2 pontos percentuais como intervalo de variabilidade da Taxa Básica de Juros e um intervalo de variabilidade de 200 bps para Inflação.

Variável financeira	Premissas	Impacto no resultado do exercício		Impacto no patrimônio líquido		Patrimônio estimado de investimentos
		Juros incorridos				
Taxa de juros	+200 p.ps	28.373	5.205	5.205	489.946	
Taxa de juros	-200 p.ps	21.034	(2.134)	(2.134)	482.606	
Inflação	8,17%	3.515	634	634	485.374	
Inflação	4,17%	1.393	(1.489)	(1.489)	483.252	

5.6. Concentração de riscos

A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma seguradora se encontra sujeita. Riscos oriundos de catástrofes são mitigados através de avaliações nas áreas mais predispostas a danos.

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco (prêmio emitido) no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios (brutos de resseguro) no período. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros e cosseguro abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

Linhas de negócio	30/06/2015					
	Prêmio emitido bruto					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Automóvel	1.410	5.205	2.081	72.263	22.352	103.311
DPVAT	2.861	6.225	1.659	16.263	6.853	33.861
Patrimonial	1.347	1.535	1.180	17.989	4.226	26.277
Responsabilidade civil - Veículos	245	930	438	13.354	4.791	19.758
Transportes	1.115	1.713	567	11.352	2.284	17.031
Acidentes pessoais e vida em grupo	6	102	319	3.069	666	4.162
Responsabilidade civil	62	35	82	1.463	518	2.160
Garantia	-	2	-	118	9	129
Outros	-	-	-	36	-	36
Total	7.046	15.747	6.326	135.907	41.699	206.725

Linhas de negócio	30/06/2014					
	Prêmio emitido bruto					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Automóvel	502	7.415	2.183	48.313	14.147	72.560
DPVAT	1.917	4.004	1.033	13.267	4.831	25.052
Patrimonial	2.508	1.841	1.125	18.575	7.481	31.530
Responsabilidade civil - Veículos	138	1.746	603	9.739	3.762	15.988
Transportes	912	811	697	11.189	2.070	15.679
Acidentes pessoais e vida em grupo	6	44	224	2.017	554	2.845
Responsabilidade civil	48	113	41	2.539	712	3.453
Garantia	-	-	9	156	10	175
Total	6.031	15.974	5.915	105.795	33.567	167.282

Não estão distribuídos por região os Prêmios - Riscos Vigentes não Emitidos (R\$ 1.030) em 30 de junho de 2015 e (R\$ 91) em 30 de junho de 2014.

5.7. Risco de crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de perda de ativos financeiros devido à incapacidade da contraparte em honrar com suas obrigações junto à Seguradora. Através da Política de Investimentos, a Seguradora estabelece limites de exposição ao risco de crédito e realiza o monitoramento para que tais limites não sejam excedidos. Leva-se em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar com suas obrigações, baseando-se no rating de crédito determinado por agências avaliadoras de riscos, sendo Standard & Poor's, Fitch Rating e Moody's.

5.8. Risco financeiro

Para mitigar os efeitos do risco financeiro, a seguradora realiza a gestão dos ativos e passivos, de modo a não haver descasamento. Esse gerenciamento baseia-se no risco de liquidez.

O gerenciamento dos riscos financeiros contempla:

a) Risco de liquidez

Compreende o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos bem como a capacidade financeira em adquirir ativos para a garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado através de análise do fluxo de caixa do passivo, combinada com a estratégia conservadora de manter no portfólio um volume de investimentos relevantes com liquidez imediata.

b) Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

5.9. Risco operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas, e indenização por danos a terceiros. Excluem-se desse conceito os riscos estratégicos e de reputação. O gerenciamento do risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos a que a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem para com os acionistas, funcionários, órgãos reguladores e sociedade.



Mitsui Sumitomo Seguros

MSIG

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 (Valores em milhares de reais)

Para mitigar o risco de impactos nas demonstrações financeiras por erro ou ineficiência operacional, a Seguradora adotou processo de checagem mensal das operações contabilizadas em Contas de Resultado, através de reuniões contábeis cuja revisão é Área de Negócio. Além disso, estabeleceu processo vigoroso de reconciliações contábeis cuja revisão é também obrigatória pelas Áreas de Negócios.

5.10. Gestão do risco de capital

O gerenciamento de riscos relacionados ao capital alocado na operação ocorre de forma conjunta às definições oriundas do Comitê de Underwriting e do Planejamento Estratégico da Seguradora e tem por objetivo otimizar as relações entre crescimento, capital mínimo requerido e patrimônio líquido ajustado.

Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	30/06/2015	31/12/2014
Patrimônio líquido	419.462	413.052
Despesas antecipadas	(2.007)	(578)
Intangível	(15.047)	(11.447)
Patrimônio líquido ajustado	402.408	401.027
I - Capital-base	15.000	15.000
II - Capital de risco	74.523	66.134
Capital de risco baseado no risco de subscrição	67.316	59.985
Capital de risco baseado no risco de crédito	8.173	6.828
Capital de risco baseado no risco operacional	2.770	2.460
Benefício da diversificação	(3.736)	(3.139)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	74.523	66.134
Suficiência de capital	327.885	334.893

5.11. Ferramentas de gerenciamento de riscos

Além das políticas e estratégias mencionadas acima, a Seguradora faz uso das ferramentas "Risk Treatment Plan" e "Risk Register", que visam analisar e gerenciar os riscos identificados, o grau de impacto, o desenvolvimento de planos de ação e a definição de prazos e responsáveis.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

O CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo.

Em decorrência do compromisso do CPC e SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

9.1. Composição

Categorias	Classe	Taxa de juros	Custo atualizado	Valor justo	%	30/06/2015			31/12/2014		
						Ajuste de TVM	Efeito tributário	Ganhos não realizados	Valor justo	%	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado											
Fundos de investimento (a)	Pós-Fixado	CDI	1.690	1.690	0,3	-	-	-	1.024	0,2	
Fundos de investimento DPVAT (a)	Pós-Fixado	CDI	90.051	90.051	15,9	-	-	-	39.388	7,5	
Outras aplicações (c)			573	573	0,1	-	-	-	342	0,1	
Total			92.314	92.314	16,3				40.754	7,8	
Disponíveis para venda											
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	Pós-Fixado	Selic	386.764	386.454	68,4	(311)	-	(311)	398.682	75,9	
Notas do Tesouro Nacional - NTN B (b)	Pós-Fixado	TIR + PCA	36.495	33.078	5,8	(3.417)	-	(3.417)	31.760	6,0	
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (b)	Pré-Fixado	TIR	57.775	53.808	9,5	(3.967)	-	(3.967)	54.122	10,3	
Total			481.034	473.340	83,7	(7.695)		(7.695)	484.564	92,2	
Total das aplicações			573.348	565.654	100,0	(7.695)		(7.695)	525.318	100,0	
Aplicações - Circulante				91.805					43.719		
Aplicações - Realizável a longo prazo				473.849					481.599		

(a) O valor justo das cotas de fundos de investimento financeiro, não exclusivos, foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Todos os fundos são atrelados à Renda Fixa, sendo que, grande parte de suas carteiras são compostas de Títulos Públicos e Certificados de Depósitos Bancários.

(b) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

(c) Referem-se, basicamente, à participação na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, registrada ao custo de aquisição.

9.2. Composição por faixa de vencimentos

Em 30 de junho de 2015, as aplicações em títulos e valores mobiliários por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:	30/06/2015			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Fundos de investimento	1.690	-	-	1.690
Fundos de investimento - DPVAT	90.051	-	-	90.051
Outras aplicações	573	-	-	573
Disponíveis para venda				
LFT	-	-	386.454	386.454
NTN B	-	-	33.078	33.078
NTN F	-	-	53.808	53.808
Total	92.314	-	473.340	565.654

Em 30 de junho de 2015, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

9.3. Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação de Aplicações financeiras	Saldo em		Rendimentos/ Ajustes		Saldo em	
	31/12/2014	Aplicações	Resgates	Atualizações		30/06/2015
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimento	40.754	61.065	(13.412)	3.907	92.314	
Fundos de investimento DPVAT	1.024	4.400	(3.870)	136	1.690	
Outras aplicações	39.388	56.440	(9.542)	3.765	90.051	
Certificado de Depósito Bancário - CDB	342	225	-	6	573	
Disponíveis para venda	484.564	5.732	(44.808)	28.768	(916)	473.340
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	398.682	5.732	(41.047)	23.023	64	386.454
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	31.760	-	(937)	2.881	(626)	33.078
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	54.122	-	(2.824)	2.864	(354)	53.808
Total das aplicações	525.318	66.797	(58.220)	32.675	(916)	565.654

9.4. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos ativos vinculados em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	30/06/2015	31/12/2014
Total das provisões técnicas	457.086	427.055
(-) Ativos de resseguro	94.577	105.725
(-) Direitos creditórios	123.830	133.499
(-) DPVAT	90.021	39.388
(-) Depósitos judiciais	1.035	978
Montante a ser garantido (A)	147.623	147.465
Necessidade de ativos líquidos (B)	14.905	13.227
Aplicações financeiras vinculadas à cobertura das reservas técnicas	565.654	525.318
Total de ativos oferecidos em garantia (C)	565.654	538.545
Excedente (C - B - A)	403.126	391.080

(*) A Resolução CNSP nº 302/13 passou a exigir, a partir de 2014, que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido - CMR, vide nota 5.10.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Seguradora não espera que essa nova norma tenha efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

7. DISPONÍVEL

	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos	6.167	9.499
Total	6.167	9.499

8. EQUIVALENTES DE CAIXA

8.1. Composição

Os montantes classificados como equivalentes de caixa referem-se a aplicações em fundos de investimento não vinculados à cobertura das reservas técnicas, e para os quais a administração da Seguradora entende possuir liquidez imediata. Os montantes em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, da seguinte forma apresentados:

	30/06/2015	31/12/2014
Fundos de investimento em renda fixa	2.016	13
Equivalentes de caixa	2.016	13

8.2. Movimentação dos equivalentes de caixa

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.076
(+) Aplicações	13	
(+/-) Vinculação de fundos de investimento	(11.076)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13	
(+) Aplicações	2.006	
(-) Resgates	(13)	
(+/-) Atualização monetária/juros	10	
Saldo em 30 de junho de 2015	2.016	

10. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos, bem como as operações de retrocessão. Os períodos médios de parcelamento são calculados utilizando média ponderada, levando em consideração o montante do prêmio em relação à quantidade de parcelas.

10.1. Composição

Agrupamento de ramos	30/06/2015			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Período médio de parcelamento
Automóvel	75.929	(803)	75.126	8
Patrimonial	42.638	(78)	42.560	3
Riscos especiais	19.910	-	19.910	6
Responsabilidade civil - Veículos	14.636	(1)	14.635	8
Transportes	8.967	(145)	8.822	4
Responsabilidade civil	2.420	-	2.420	4
Acidentes pessoais e vida em grupo	1.250	(43)	1.207	2
Outros	58	-	58	3
Garantia	32	-	32	1
Total	165.840	(1.070)	164.770	7
Circulante			164.770	
Não circulante				

Agrupamento de ramos	31/12/2014			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Período médio de parcelamento
Automóvel	73.128	(626)	72.502	8
Patrimonial	40.807	(88)	40.719	3
Riscos especiais	26.578	-	26.578	6
Responsabilidade civil - Veículos	14.672	(1)	14.671	8
Transportes	6.895	(136)	6.759	3
Responsabilidade civil	3.198	(1)	3.197	5
Acidentes pessoais e vida em grupo	958	(158)	800	4
Outros	32	-	32	2
Garantia	24	-	24	1
Total	166.292	(1.010)	165.282	7
Circulante			161.441	
Não circulante			3.841	

10.2. Prêmios a receber por vencimento

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os prêmios a receber por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma:

Faixas	30/06/2015	31/12/2014
Vencidos até 30 dias	2.099	1.905
Vencidos de 31 a 60 dias	423	349
Vencidos de 121 a 180 dias	547	367
Vencidos de 181 a 365 dias	118	69
Vencidos acima de 365 dias	191	296
Total vencido	3.378	2.986
A vencer até 30 dias	72.297	66.825
A vencer de 31 a 60 dias	28.797	18.782
A vencer de 121 a 180 dias	47.757	51.064
A vencer de 181 a 365 dias	13.611	22.794
A vencer acima de 365 dias	-	3.841
Total a vencer	162.462	163.306
Total	165.840	166.292



Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 (Valores em milhares de reais)

10.3. Movimentação dos prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2013	156.286
(+) Prêmios emitidos líquidos	412.606
(-) Baixas/cancelamentos	(34.298)
(-) Recebimentos	(370.679)
(+) Riscos vigentes não emitidos	(429)
(+) Oscilação cambial	1.652
(-) Redução ao valor recuperável	144
Saldo em 31 de dezembro de 2014	165.282
(+) Prêmios emitidos líquidos	205.205
(-) Baixas/cancelamentos	(18.973)
(-) Recebimentos	(187.840)
(+) Riscos vigentes não emitidos	(1.029)
(+) Oscilação cambial	2.183
(-) Redução ao valor recuperável	(58)
Saldo em 30 de junho de 2015	164.770

10.4. Movimentação da redução do valor recuperável

A provisão para riscos sobre crédito para prêmios diretos é constituída com base em estudo técnico através de análise individual dos prêmios diretos a receber vencidos há mais de 365 dias, combinado com a aplicação do percentual médio de cancelamentos sobre prêmios a receber.

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.154)
Constituições	349
Reversões/baixas	(205)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.010)
Constituições	64
Reversões/baixas	(124)
Saldo em 30 de junho de 2015	(1.070)

11. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

11.1. Composição das operações com seguradoras - ativo

O saldo de operações com seguradoras a receber é composto de prêmios vencidos e de restituição de comissão de cosseguro aceito, bem como, de prêmios a restituir e de sinistros e comissões de cosseguro cedido.

Ramos agrupados	30/06/2015		
	Operações com seguradoras	Redução ao valor recuperável	Operações com seguradoras líquido
Transportes	1.880	(2)	1.878
Patrimonial	1.250	(5)	1.245
Responsabilidade civil	129	-	129
Acidentes pessoais e vida em grupo	66	-	66
Responsabilidade civil - Veículos	1	(1)	-
Total	3.326	(8)	3.318

Ramos agrupados	31/12/2014		
	Operações com seguradoras	Redução ao valor recuperável	Operações com seguradoras líquido
Transportes	980	(2)	978
Patrimonial	441	(5)	436
Responsabilidade civil	119	(5)	114
Acidentes pessoais e vida em grupo	98	-	98
Responsabilidade civil - Veículos	6	-	6
Total	1.644	(12)	1.632

12. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

12.1. Operações com resseguradoras - ativo

O saldo das operações com resseguradoras - ativo é composto, basicamente de sinistros a recuperar, conforme quadro demonstrado abaixo, adicionalmente em 30 de junho de 2015 existe o montante R\$ 207 referente a participações nos lucros de contratos de resseguro a receber.

Ramos agrupados	30/06/2015					
	Local	Admitida	Eventual	Sinistros a recuperar	Redução ao valor recuperável	Sinistros a recuperar líquidos
Patrimonial	5.262	3.342	19	8.623	(336)	8.287
Transportes	7.613	681	-	8.294	(24)	8.270
Responsabilidade civil	904	352	34	1.290	(43)	1.247
Riscos especiais	33	21	-	54	-	54
Acidentes pessoais e vida em grupo	-	2	-	2	-	2
Total	13.812	4.398	53	18.263	(403)	17.860

Ramos agrupados	31/12/2014					
	Local	Admitida	Eventual	Sinistros a recuperar	Redução ao valor recuperável	Sinistros a recuperar líquidos
Patrimonial	1.937	1.178	23	3.138	(540)	2.598
Transportes	4.048	689	-	4.737	(24)	4.713
Responsabilidade civil	521	492	10	1.023	(43)	980
Riscos especiais	-	13	-	13	-	13
Acidentes pessoais e vida em grupo	-	-	-	-	-	-
Total	6.506	2.372	33	8.911	(607)	8.304

12.2. Sinistros a recuperar por tempo de pendência

Em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os sinistros a recuperar de resseguradores por faixa de vencimento estão distribuídas da seguinte forma:

Faixas	30/06/2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total
De 0 a 30 dias	4.110	2.020	1	6.131
De 31 a 60 dias	1.533	500	-	2.033
De 61 a 120 dias	1.041	643	21	1.705
De 121 a 180 dias	3.184	820	1	4.005
De 181 a 365 dias	3.213	143	10	3.366
Acima de 365 dias	731	272	20	1.023
Total	13.812	4.398	53	18.263

Faixas	31/12/2014			
	Local	Admitida	Eventual	Total
De 0 a 30 dias	625	339	-	964
De 31 a 60 dias	1.303	732	-	2.035
De 61 a 120 dias	1.113	399	6	1.518
De 121 a 180 dias	1.241	320	3	1.564
De 181 a 365 dias	1.138	384	5	1.527
Acima de 365 dias	1.086	198	19	1.303
Total	6.506	2.372	33	8.911

12.3 Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

Ramos agrupados	30/06/2015				Total
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de despesas relacionadas	
Patrimonial	30.230	77.050	3.433	666	111.379
Riscos especiais	20.848	-	-	3	20.851
Responsabilidade civil	930	6.838	1.677	298	9.743
Transportes	1.648	2.152	2.210	57	6.067
Automóvel	237	-	-	-	237
Acidentes pessoais e vida em grupo	37	-	189	3	229
Responsabilidade civil - Veículos	59	-	-	-	59
Garantia	-	-	-	2	2
Total	53.989	86.040	7.509	1.029	148.567
Circulante	51.956	86.040	7.509	1.029	146.534
Não circulante	2.033	-	-	-	2.033

Ramos agrupados	31/12/2014				Total
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de despesas relacionadas	
Patrimonial	32.790	89.764	4.120	671	127.345
Riscos especiais	30.043	8	-	3	30.054
Responsabilidade civil	1.150	5.548	989	285	7.972
Transportes	603	1.919	2.100	56	4.678
Automóvel	2	-	-	-	2
Acidentes pessoais e vida em grupo	20	2	255	1	278
Responsabilidade civil - Veículos	-	-	-	-	-
Garantia	-	-	-	2	2
Total	64.608	97.241	7.464	1.018	170.331
Circulante	57.850	97.241	7.464	1.018	163.573
Não circulante	6.758	-	-	-	6.758

12.4. Operações com resseguradoras - passivo

Os saldos de operações com resseguradoras - passivo contemplam os prêmios emitidos cedidos em resseguro líquido de comissões a recuperar correspondentes, de prêmios de riscos vigentes e não emitidos, também líquidos das respectivas comissões, que foram cedidos a resseguradoras e de salvados e ressarcimento por venda da Seguradora recuperado e que deverá repassar as resseguradoras.

Ramos agrupados	30/06/2015			
	Local	Admitida	Eventual	Total
Patrimonial	32.646	8.334	1.685	42.665
Riscos especiais	15.582	2.840	-	18.422
Transportes	9.440	1.001	-	10.441
Responsabilidade civil	659	187	-	846
Automóvel	485	-	-	485
Acidentes pessoais e vida em grupo	377	-	-	377
Responsabilidade civil - Veículos	127	-	-	127
Total	59.316	12.362	1.685	73.363

Ramos agrupados	31/12/2014			
	Local	Admitida	Eventual	Total
Patrimonial	36.276	3.500	100	39.876
Riscos especiais	20.879	3.447	-	24.326
Transportes	7.185	990	-	8.175
Responsabilidade civil	892	129	-	1.021
Automóvel	262	-	-	262
Acidentes pessoais e vida em grupo	209	-	-	209
Responsabilidade civil - Veículos	68	-	-	68
Total	65.771	8.066	100	73.937

13. OUTROS CRÉDITOS/DÉBITOS OPERACIONAIS

13.1. Composição de outros créditos operacionais

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Antecipação de Comissão	11.706	10.777
Créditos a receber DPVAT	642	758
Restituição de Comissão	422	193
Outros Créditos	2.332	2.531
Total	15.102	14.259

14. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

14.1. Composição e movimentação de créditos tributários

A composição e a movimentação dos créditos tributários contabilizados no ativo circulante e no ativo não circulante estão assim representadas:

Circulante:	31/12/2014	Constituições/ (Reversões)	30/06/2015
	Antecipações de imposto de renda	12	(12)
Antecipações de contribuição social	47	(47)	-
Imposto de renda a compensar	48	13	61
Contribuição social a compensar	454	46	500
PIS e COFINS	90	-	90
Outros créditos tributários e previdenciários	18	-	18
Total circulante	669	-	669
Ativo não circulante:			
PIS e COFINS	1	-	1
Contribuição social - Medida Provisória nº 2.158-35/01	1.450	-	1.450
Total não circulante	1.451	-	1.451

14.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais

Em 30 de junho de 2015, a Seguradora tem base negativa de contribuição social no montante de R\$ 179.018 (R\$ 182.720 em 31 de dezembro de 2014) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 133.041 (R\$ 136.743 em 31 de dezembro de 2014), a compensar com lucros futuros.

A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Os montantes do crédito tributário decorrentes da base negativa, do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias acumulados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Base negativa acumulada de contribuição social	179.018	182.720
Adições temporárias (a)	6.763	5.766
Total	185.781	188.486
Alíquota de contribuição social	15%	15%
Total de crédito tributário de contribuição social	27.867	28.273
Prejuízo fiscal acumulado	133.041	136.743
Adições temporárias (a)	6.763	5.766
Total	139.804	142.509
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário de imposto de renda	34.951	35.627
Total do crédito tributário acumulado não reconhecido contabilmente (b)	62.818	63.900

(a) As diferenças temporárias são formadas basicamente por provisão para riscos de créditos a receber e provisão para contingências.

(b) A Seguradora não constituiu crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, no momento, por não atender às regras requeridas pela SUSEP para sua constituição.



Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 (Valores em milhares de reais)

15. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

15.1. Composição dos custos de aquisição diferidos

As comissões e agenciamentos pagos em operações de seguros registradas no circulante e não circulante são diferidas de acordo com os períodos de vigência das apólices. O prazo médio para diferimento é de 12 meses. E estão assim compostas:

Ramos agrupados	30/06/2015	31/12/2014
Automóvel	20.087	18.296
Patrimonial	6.861	8.156
Responsabilidade civil - Veículos	3.753	3.497
Responsabilidade civil	1.023	1.172
Transportes	501	306
Acidentes pessoais e vida em grupo	92	109
Garantia	38	43
Riscos especiais	2	3
Outros	-	2
Total	32.357	31.584
Circulante	31.294	30.470
Não circulante	1.063	1.114

15.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2013		27.089
(+) Constituições		51.283
(-) Reversões		(46.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		31.584
(+) Constituições		34.103
(-) Reversões		(33.330)
Saldo em 30 de junho de 2015		32.357

16. OUTROS VALORES E BENS - BENS À VENDA

16.1. Composição

Linhas de Negócios	30/06/2015			31/12/2014	
	Salvados à venda	Redução ao valor recuperável	Salvados à venda líquidos	Salvados à venda líquidos	
Automóvel	3.524	(323)	3.201	2.134	
Responsabilidade civil - Veículos	384	(15)	369	303	
Transportes	30	-	30	-	
Total	3.938	(338)	3.600	2.437	

16.2. Outros valores e bens por tempo de permanência

O quadro abaixo demonstra o saldo das contas de bens à venda - salvados à venda, por tempo de permanência, em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014. Os salvados referem-se, principalmente, ao ramo de automóvel.

Tempo de permanência	30/06/2015	31/12/2014
0 - 30 dias	2.074	1.030
31 - 60 dias	692	498
61 - 90 dias	213	410
91 - 120 dias	98	158
121 - 150 dias	60	114
151 - 180 dias	42	92
181 - 365 dias	430	132
Acima de 365 dias	329	321
Total	3.938	2.755

17. IMOBILIZADO

17.1. Composição

	Taxa anual de depreciação - %	30/06/2015			31/12/2014	
		Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Total	Total
Terrenos	-	526	1.336	-	1.862	1.862
Edificações	4	13.399	1.750	(5.605)	9.544	9.847
Computadores e equipamentos	20	9.420	-	(8.344)	1.076	1.383
Móveis, máquinas e utensílios	10	1.633	-	(1.302)	331	360
Veículos	20	1.515	-	(815)	700	821
Total		26.493	3.086	(16.066)	13.513	14.273

17.2. Movimentação

	31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação	30/06/2015
Terrenos	1.862	-	-	-	1.862
Edificações	9.847	-	-	(303)	9.544
Computadores e equipamentos	1.383	75	-	(382)	1.076
Móveis, máquinas e utensílios	360	8	-	(37)	331
Veículos	821	-	-	(121)	700
Totais	14.273	83	-	(843)	13.513

17.3. Movimentação

Em 2006, os terrenos e edifícios do ativo imobilizado foram reavaliados. O valor de impostos diferidos está contabilizado na conta "Imposto de renda e contribuição social diferidos", no exigível a longo prazo, e o valor líquido da reavaliação está registrado na conta "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2015			31/12/2014	
	Reavaliação	Impostos diferidos	Realização da reavaliação	Líquido	Líquido
Reavaliações	3.086	(975)	(648)	1.463	1.484
Total	3.086	(975)	(648)	1.463	1.484

18. INTANGÍVEL

18.1. Composição

	Taxa anual de amortização - %	30/06/2015			31/12/2014	
		Custo	Amortização acumulada	Total	Total	
Contratos e licenças de softwares	20	39.962	(24.915)	15.047	11.447	
Total		39.962	(24.915)	15.047	11.447	

18.2. Movimentação

	31/12/2014	Novos projetos	Amortizações	30/06/2015
Contratos e projetos de softwares	11.447	4.944	(1.344)	15.047
Totais	11.447	4.944	(1.344)	15.047

19. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar registradas no passivo circulante em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 estão assim compostas:

	30/06/2015	31/12/2014
Participação nos lucros a pagar	1.958	602
Campanha de incentivo a vendas	600	415
Fornecedores	547	713
Honorários	328	118
Prestadores de serviços	269	284
Gratificação a pagar	217	1.045
Publicações legais	60	120
Outras obrigações a pagar	760	1.553
Totais	4.739	4.850

20. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

20.1. Composição

	30/06/2015					
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de despesas relacionadas	Outras provisões	Total
Patrimonial	51.322	84.695	4.778	1.088	-	141.883
Automóvel	106.226	18.438	825	1.093	-	126.582
DPVAT	-	34.575	54.267	-	1.180	90.022
Responsabilidade civil - Auto	20.142	18.162	1.240	1.278	-	40.822
Riscos especiais	21.633	1	26	5	-	21.665
Responsabilidade civil	3.792	14.679	2.172	405	-	21.048
Transportes	3.098	5.094	3.545	866	-	12.603
Acidentes pessoais e vida em grupo	126	1.173	779	11	-	2.089
Outros	166	184	19	3	-	372
Total geral	206.505	177.001	67.651	4.749	1.180	457.086
Circulante	199.541	177.001	67.651	4.749	1.180	450.122
Não circulante	6.964	-	-	-	-	6.964

	31/12/2014					
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de despesas relacionadas	Outras provisões	Total
Patrimonial	60.247	102.263	4.790	1.080	-	168.380
Automóvel	97.521	15.809	817	1.085	-	115.232
DPVAT	-	19.184	19.716	-	472	39.372
Responsabilidade civil - Auto	19.224	15.901	1.227	1.269	-	37.621
Riscos especiais	31.204	16	26	5	-	31.251
Responsabilidade civil	4.661	13.275	2.172	404	-	20.512
Transportes	1.712	5.845	3.398	866	-	11.821
Acidentes pessoais e vida em grupo	216	1.488	750	8	-	2.462
Outros	181	199	19	5	-	404
Total geral	214.966	173.980	32.915	4.722	472	427.055
Circulante	202.835	173.980	32.915	4.722	472	414.924
Não circulante	12.131	-	-	-	-	12.131

20.2. Movimentação das provisões técnicas de seguros

	30/06/2015					
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de despesas relacionadas	Outras provisões	Total
Saldo no início do período	214.966	173.980	32.915	4.722	472	427.055
Constituições decorrentes de prêmios	196.441	-	-	-	-	196.441
Diferimento de risco decorrido	(204.902)	-	-	-	-	(204.903)
Aviso de sinistros	-	2.102.963	-	7.398	-	2.110.361
Pagamento de sinistros/despesas relacionadas	-	(138.608)	-	(7.398)	-	(146.006)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(1.937.070)	34.736	-	-	(1.902.336)
Sinistros cancelados	-	(46.802)	-	-	-	(46.802)
Atualização monetária e juros	-	8.088	-	-	-	8.088
Outras constituições	-	20.020	-	27	989	21.039
Outras reversões	-	(5.570)	-	-	(281)	(5.851)
Saldo no final do período	206.505	177.001	67.651	4.749	1.180	457.086

	31/12/2014					
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de despesas relacionadas	Outras provisões	Total
Saldo no início do período	190.009	184.745	30.323	4.683	181	409.941
Constituições decorrentes de prêmios	372.679	-	-	-	-	372.679
Diferimento de risco decorrido	(347.722)	-	-	-	-	(347.722)
Aviso de sinistros	-	399.624	-	12.045	-	411.669
Pagamento de sinistros/despesas relacionadas	-	(212.381)	-	(12.045)	-	(224.426)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(123.017)	2.592	-	-	(120.425)
Sinistros cancelados	-	10.059	-	-	-	10.059
Atualização monetária e juros	-	(82.796)	-	-	-	(82.796)
Outras constituições	-	9.666	-	72	648	10.386
Outras reversões	-	(11.920)	-	(33)	(357)	(12.310)
Saldo no final do período	214.966	173.980	32.915	4.722	472	427.055

21. SINISTROS A LIQUIDAR

21.1. Sinistros a liquidar em juízo

Do montante de R\$ 177.001 (R\$ 173.980 em 31 de dezembro de 2014), o valor de R\$ 59.420 (R\$ 43.279 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

	30/06/2015		
	Quantidade de processo	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	1.175	32.817	19.260
Perda possível	5.261	97.914	33.553
Perda remota	1.074	42.959	6.607
Total	7.510	173.690	59.420

	31/12/2014		
	Quantidade de processo	Valor reclamado	Valor provisionado
Perda provável	700	25.741	14.837
Perda possível	2.679	66.414	23.781
Perda remota	618	33.934	4.661
Total	3.997	126.089	43.279

21.2. Movimentação dos sinistros a liquidar em juízo

Saldo em 31 de dezembro de 2013	44.567
Constituições/baixas	30.901
Reversões/baixas	(24.353)
Pagamentos	(7.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	43.279
Constituições	24.281
Reversões/baixas	(6.463)
Pagamentos	(1.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	59.420

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 (Valores em milhares de reais)

21.3. Tabela de desenvolvimento de sinistros

(a) Sinistros bruto de resseguro - Administrativo

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
No ano de ocorrência	216.202	186.288	132.157	198.906	85.663	
Um ano após a ocorrência	234.493	237.584	141.429	223.714		
Dois anos após a ocorrência	218.774	236.653	145.580			
Três anos após a ocorrência	212.844	243.576				
Quatro anos após a ocorrência	212.624					
Estimativa corrente em 30 de junho de 2015	212.624	243.576	145.580	223.714	85.663	911.157
Desenvolvimento dos pagamentos	Data de ocorrência do sinistro					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
No ano de ocorrência	(128.704)	(125.008)	(91.697)	(116.770)	(50.169)	
Um ano após a ocorrência	(188.801)	(192.161)	(133.979)	(191.415)		
Dois anos após a ocorrência	(202.807)	(218.364)	(135.054)			
Três anos após a ocorrência	(206.899)	(227.284)				
Quatro anos após a ocorrência	(208.961)					
Pagamentos acumulados até 30 de junho de 2015	(208.961)	(227.284)	(135.054)	(191.415)	(50.169)	(812.883)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 30 de junho de 2015	3.663	16.292	10.526	32.299	35.494	98.274
Passivo de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2010						16.908
Passivo relacionado a DPVAT						7.978
Passivo relacionado à Retrocessão						638
Passivo relacionado a IBNER						(6.217)
Total do passivo reconhecido no balanço						117.581

(b) Sinistros bruto de resseguro - Judicial

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
No ano de ocorrência	329	863	378	553	46	
Um ano após a ocorrência	2.049	3.249	3.360	1.797		
Dois anos após a ocorrência	4.171	5.070	4.550			
Três anos após a ocorrência	5.289	6.102				
Quatro anos após a ocorrência	5.775					
Estimativa corrente em 30 de junho de 2015	5.775	6.102	4.550	1.797	46	18.270
Desenvolvimento dos pagamentos	Data de ocorrência do sinistro					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
No ano de ocorrência	(52)	(344)	(58)	(3)	-	
Um ano após a ocorrência	(524)	(772)	(229)	(574)		
Dois anos após a ocorrência	(1.282)	(1.040)	(362)			
Três anos após a ocorrência	(2.090)	(1.135)				
Quatro anos após a ocorrência	(2.276)					
Pagamentos acumulados até 30 de junho de 2015	(2.276)	(1.135)	(362)	(574)	-	(4.347)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 30 de junho de 2015	3.499	4.967	4.188	1.223	46	13.923
Passivo de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2010						18.900
Passivo relacionado a DPVAT						26.597
Passivo relacionado à Retrocessão						-
Passivo relacionado a IBNER						-
Total do passivo reconhecido no balanço						59.420

(c) Sinistros líquido de resseguro - Administrativo

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
No ano de ocorrência	157.670	126.746	113.275	142.864	72.630	
Um ano após a ocorrência	165.252	135.700	123.810	152.863		
Dois anos após a ocorrência	157.625	135.882	124.402			
Três anos após a ocorrência	159.646	135.875				
Quatro anos após a ocorrência	158.978					
Estimativa corrente em 30 de junho de 2015	158.978	135.875	124.402	152.863	72.630	644.748
Desenvolvimento dos pagamentos	Data de ocorrência do sinistro					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
No ano de ocorrência	(112.706)	(99.057)	(86.808)	(109.656)	(47.537)	
Um ano após a ocorrência	(151.189)	(132.863)	(122.894)	(147.164)		
Dois anos após a ocorrência	(156.854)	(135.158)	(123.703)			
Três anos após a ocorrência	(157.346)	(135.513)				
Quatro anos após a ocorrência	(157.484)					
Pagamentos acumulados até 30 de junho de 2015	(157.484)	(135.513)	(123.703)	(147.164)	(47.537)	(611.401)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 30 de junho de 2015	1.494	362	699	5.699	25.093	33.347
Passivo de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2010						1.193
Passivo relacionado a DPVAT						7.978
Passivo relacionado à Retrocessão						638
Passivo relacionado a IBNER						(5.706)
Total do passivo reconhecido no balanço						37.450

(d) Sinistros líquido de resseguro - Judicial

Desenvolvimento dos sinistros	Data de ocorrência do sinistro					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
No ano de ocorrência	329	863	373	538	46	
Um ano após a ocorrência	2.028	3.118	2.463	1.655		
Dois anos após a ocorrência	6.901	4.729	3.198			
Três anos após a ocorrência	4.888	5.512				
Quatro anos após a ocorrência	5.462					
Estimativa corrente em 30 de junho de 2015	5.462	5.512	3.198	1.655	46	15.873
Desenvolvimento dos pagamentos	Data de ocorrência do sinistro					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
No ano de ocorrência	(52)	(344)	(58)	(3)	-	
Um ano após a ocorrência	(503)	(772)	(229)	(574)		
Dois anos após a ocorrência	(1.261)	(1.040)	(355)			
Três anos após a ocorrência	(2.069)	(1.135)				
Quatro anos após a ocorrência	(2.255)					
Pagamentos acumulados até 30 de junho de 2015	(2.255)	(1.135)	(355)	(574)	-	(4.319)
Estimativa corrente líquida de pagamentos em 30 de junho de 2015	3.207	4.377	2.843	1.081	46	11.554
Passivo de sinistros ocorridos em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2010						15.359
Passivo relacionado a DPVAT						26.598
Passivo relacionado à Retrocessão						-
Passivo relacionado a IBNER						-
Total do passivo reconhecido no balanço						53.511

22. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Os montantes apresentados por faixa de idade estão assim distribuídos em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Descrição	30/06/2015						Total
	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Prêmios e emonumentos recebidos	215	176	103	27	-	-	521
Outros depósitos	12	12	31	5	-	-	60
Total	227	188	134	32	-	-	581
Descrição	31/12/2014						Total
	De 0 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Prêmios e emonumentos recebidos	302	18	32	58	-	-	410
Outros depósitos	3	12	2	3	-	-	20
Total	305	30	34	61	-	-	430

23. OUTROS DÉBITOS - DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS

A Seguradora avaliou suas provisões judiciais, de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referendado pela Circular SUSEP nº 508/15 e alterações posteriores.

23.1. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda

Descrição	30/06/2015				31/12/2014		
	Provável		Possível		Remota	Valor	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Total	
Trabalhistas (a)	1.054	6	277	7	-	28	1.027
Cíveis (b)	769	32	167	39	-	28	962
Total	1.820	38	444	46	-	56	1.989

a) Provisões trabalhistas

A Seguradora é parte em algumas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

b) Provisões cíveis

São ações impetradas e não relacionadas a sinistros, em conformidade com o Manual de Procedimentos adotado pela Seguradora. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas.

23.2. Movimentação das provisões judiciais

	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.371	1.747
Constituições/atualização monetária	350	361
Alterações nas estimativas	71	33
Baixas/pagamentos	(765)	(1.179)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.027	962
Constituições/atualização monetária	17	180
Alterações nas estimativas	305	27
Baixas/pagamentos	(18)	(233)
Saldo em 30 de junho de 2015	1.331	936

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) O Capital Social é de R\$ 619.757, representado por 290.180.641 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

(b) Reservas de Reavaliação: Constituídas por reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários.

(c) Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários: Compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 9, líquidos dos efeitos tributários, quando aplicável.

(d) Distribuição de dividendos: Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

25. RAMOS DE ATUAÇÃO DA SEGURADORA

Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

Ramos agrupados	30/06/2015			Índices %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Sinistralidade	Comissionamento
Automóvel	93.842	(57.235)	(18.710)	61,0	19,9
Patrimonial	35.132	(37.695)	(6.309)	107,3	18,0
DPVAT	33.396	(29.310)	(483)	87,8	1,4
Responsabilidade civil - Veículos	18.688	(14.784)	(3.188)	79,1	17,1
Riscos especiais	15.497	(10.766)	(2.988)	69,5	19,3
Transportes	10.372	(26)	(24)	0,3	0,2
Acidentes pessoais e vida em grupo	4.302	(2.225)	(983)	51,7	22,8
Responsabilidade civil	3.028	(1.854)	(606)	61,2	20,0
Garantia	162	12	(37)	(8,6)	22,8
Outros	35	1	(4)	(2,9)	8,8
Total	214.454	(153.882)	(33.332)	71,8	15,5
Ramos agrupados	30/06/2014			Índices %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Sinistralidade	Comissionamento
Automóvel	63.608	(37.495)	(12.230)	58,9	19,2
Patrimonial	45.768	2.677	(7.308)	(5,8)	16,0
DPVAT	24.592	(21.685)	(357)	88,2	1,5
Responsabilidade civil - Veículos	18.546	(14.660)	(2.832)	79,0	15,3
Transportes	14.895	(8.001)	(2.502)	53,7	16,8
Riscos especiais	-	-	-	-	-
Acidentes pessoais e vida em grupo	2.967	(1.350)	(644)	45,5	21,7
Responsabilidade civil	14.801	(18.787)	(836)	126,9	5,6
Garantia	-	-	-	-	-
Outros	164	(10)	(36)	6,1	22,0
Total	185.341	(99.311)	(26.745)	53,6	14,4

26. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

26.1. Prêmios ganhos

	30/06/2015	30/06/2014
Prêmios diretos	166.668	132.066
Prêmios de cosseguros aceitos	7.598	10.728
Prêmios cedidos em cosseguros	(1.404)	(564)
Prêmios - Riscos vigentes e não emitidos	(1.029)	(91)
Prêmios - Consórcio DPVAT	33.862	25



Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 33.016.221/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2015 (Valores em milhares de reais)

26.2. Sinistros ocorridos

	30/06/2015	30/06/2014
Sinistros	(118.864)	(74.426)
Despesas relacionadas	(7.425)	(10.693)
Recuperação de Sinistro	720	199
Sinistros - Consórcio DPVAT	(29.310)	(21.685)
Salvados	9.814	9.752
Ressarcimentos	3.058	826
Variação da provisão de IBNR - Indenizações	(185)	(101)
Assistência 24 horas	(11.690)	(3.183)
Total	(153.882)	(99.311)

26.3. Custos de aquisição

	30/06/2015	30/06/2014
Custo de aquisição	(30.683)	(25.487)
Recuperação de comissões	217	91
Custo de aquisição - Consórcio DPVAT	(483)	(357)
Outros custos de aquisição	(3.154)	(1.608)
Variação das despesas de comercialização	771	616
Total	(33.332)	(26.745)

26.4. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2015	30/06/2014
Outras receitas operacionais		
Outras receitas com operações de seguros	202	4.459
Outras receitas operacionais - Consórcio DPVAT	71	96
Total outras receitas operacionais	273	4.555
Outras despesas operacionais		
Despesas com apólices	(13)	(8)
Despesas com cobrança	(1.145)	(847)
Despesas contingenciais	(438)	(745)
Outras despesas operacionais - Consórcio DPVAT	(2.491)	(1.877)
Outras despesas com operações de seguros	(7.216)	(14.643)
Provisão para riscos sobre créditos	131	8.817
Total outras despesas operacionais	(11.172)	(9.303)
Total	(10.899)	(4.748)

26.5. Resultado com operações de resseguro

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas com resseguro		
Recuperação de indenizações	35.086	3.270
Recuperação de despesas	2.407	1.243
Variação da provisão de IBNR	52	(66)
Participação nos lucros	206	-
Total receitas com resseguro	37.751	4.447
Despesas com resseguro		
Prêmios de resseguro cedido	(21.574)	(20.456)
Prêmios de resseguro cedido - RVNE	121	173
Variação das provisões técnicas de prêmios	(11.248)	(16.538)
Salvados e ressarcimentos	(719)	(23)
Total despesas com resseguro	(33.420)	(36.844)
Total	4.331	(32.397)

26.6. Despesas administrativas

	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal próprio	(21.612)	(20.527)
Serviços de terceiros	(3.131)	(5.038)
Localização e funcionamento	(5.280)	(5.121)
Publicidade e propaganda	(310)	(220)
Despesas administrativas - Consórcio DPVAT	(1.114)	(662)
Outras despesas administrativas	(592)	(290)
Total	(32.039)	(31.858)

26.7. Despesas com tributos

	30/06/2015	30/06/2014
PIS e COFINS	(4.999)	(4.194)
Impostos federais	(161)	(189)
Impostos estaduais	(24)	(14)
Impostos municipais	(107)	(100)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(598)	(599)
Demais tributos	(125)	(133)
Total	(6.014)	(5.229)

26.8. Resultado financeiro

	30/06/2015	30/06/2014
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros equivalentes de caixa	109	-
Juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	3.907	2.682
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	28.768	8.481
Receitas com operações de seguros	132.727	(1.347)
Receitas financeiras - Consórcio DPVAT	194	95
Outras receitas financeiras	1.577	125
Total receitas financeiras	167.282	10.036
Despesas financeiras		
Despesas financeiras com operações de seguros	(134.922)	(19)
Despesas financeiras - Consórcio DPVAT	(3.780)	(2.132)
Outras despesas financeiras	(568)	(261)
Total despesas financeiras	(139.270)	(2.412)
Total	28.012	7.624

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	30/06/2015		30/06/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do imposto, líquido de participações	10.706	10.706	(6.057)	(6.057)
Adições	9.916	9.915	15.063	15.063
Exclusões	(8.282)	(8.282)	(16.003)	(16.003)
Lucro (Prejuízo) Fiscal	12.340	12.339	(6.997)	(6.997)
Compensação prejuízos fiscais	(3.702)	(3.702)	-	-
Base do IR e CSLL	8.638	8.637	(6.997)	(6.997)
Imposto de renda e contribuição social no semestre	2.096	1.296	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.096	1.296	-	-

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2015, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria em 2015 foi de R\$ 5.000 (R\$ 6.068 em 2014) e não houve pagamentos para os Conselheiros. A Seguradora não possui remuneração de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas abaixo:

	30/06/2015	31/12/2014
Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (Controladora)		
Ativos - Operações com resseguradoras	3.635	1.388
Ativos - Títulos e créditos a receber	368	362
Passivos - Operações com resseguradoras	7.455	8.996
Receitas - Recuperação de indenização	3.175	14.422
Despesas - Prêmios de resseguros cedidos	5.604	10.538

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

29.1. Cobertura de seguros

A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A Administração compreende como suficiente as coberturas de seguros contratadas e em 30 de junho de 2015 que são assim demonstradas:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	41.631
Veículos	Incêndio, roubo, colisões e responsabilidade civil	21.850
Total das coberturas		63.481

30. SAZONALIDADE

Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras da Seguradora estão sujeitas a receitas e custos sazonais decorrente da natureza de suas operações de seguros.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Seguradora foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2015.

DIRETORIA

Keiichi Hara - Diretor-Presidente
Hélio Hiroshi Kinoshita - Diretor Vice-Presidente
Yoji Sumi - Diretor Vice-Presidente

Paulo Yukio Takenaka - Diretor Executivo
Giuliano Vicente Borro - Diretor
Takuya Ito - Diretor

CONTADOR

Luiz Akio Morikawa
 CRC 1SP158630/0-3

ATUÁRIO

Gustavo Genovez
 MIBA 1197

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos

de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 27 de agosto de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/0-8

Carlos Claro

Contador

CRC nº 1 SP 236588/0-4

Deloitte.